



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

As coisas mais belas

Existem livros que entretêm, mas há também os que marcam de maneira indelével e exigem releitura. E esse é o caso de *As coisas mais belas do mundo*, de Valter Hugo Mãe (Biblioteca Azul). Hugo é um dos mais importantes escritores de língua portuguesa vivo.

Ele tem o dom de dizer as palavras essenciais para cada momento. Costuma repetir que é desajeitado para escrever narrativas dirigidas às crianças. Bem, ele

pode ser desajeitado no sentido gauche de Carlos Drummond de Andrade ou excêntrico de Clarice Lispector.

Mas esse traço não o desqualifica; pelo contrário, o eleva em humanidade. É o que vemos em *As coisas mais belas do mundo*, livro magrinho escrito para crianças, mas, como ocorre com toda obra literária de qualidade, rico em encanto e sabedoria para pessoas de qualquer idade.

O próprio Valter registra em uma nota que a narrativa evoca e celebra a sua relação com o avô materno, Antônio Alves. Sempre lhe pedia que explicasse as coisas mais complexas: “Eu soube sempre que meu mundo era afetivo. Quer

dizer, o que eu sabia era sobretudo gostar de alguém. Era o que o meu avô valorizava em mim, o empenho colocado em gostar de alguém. Toda a sabedoria devia resultar na pura capacidade de amar e cuidar de alguém.”

Na ficção, o garoto narrador apresenta o avô como um detetive de interiores, que inspecionava os sentimentos: “Quando perguntei por que, ele respondeu que só assim se fala verdadeiramente da felicidade. Para estudar o coração das pessoas é preciso um cuidado cirúrgico”. O avô tinha cuidado para evitar que ele se desiludisse: “Quem se desilude morre por dentro. Dizia: é urgente viver encantado. O encanto é a única

cura possível para a inevitável tristeza”.

No entanto, a questão mais importante que permeia o diálogo entre o garoto e o avô é a beleza. Certo dia, o avô lhe pergunta: quais são as coisas mais belas do mundo? E o garoto imagina muitas possibilidades: dos filhotes de cão aos gatos, passando pelo verão, o comportamento dos cristais, os lobos ou as nuvens vistas do avião: “Pensei que as mais belas coisas do mundo haveriam de ser as amarelas e as vermelhas”.

Todavia, o avô desconversa e propõe outra questão em forma de pergunta: “Ele sorriu e quis saber se não haviam de ser a amizade, o amor, a honestidade e a generosidade, o ser-se fiel, educado,

o ter-se respeito por cada pessoa. Ponderou se o mais belo do mundo não seria fazer-se o que se sabe e pode para que a vida de todos seja melhor”.

Ao fim, percebemos que o interlocutor do garoto é uma espécie de filósofo disfarçado de avô. É como se um Sócrates mais afetuoso e mais poético se reencarnasse para o diálogo com uma criança: “Explicava que aprender é mudar de conduta, fazer melhor. Quem sabe melhor e continua a cometer o mesmo erro não aprendeu nada, apenas acedeu à informação. Ele pensava que dispomos de informação suficiente para termos uma conduta mais cuidada. Elogiava insistentemente o cuidado”.



Ao Podcast do **Correio**, o professor da Faculdade de Arquitetura da UnB Benny Schvarsberg comentou sobre os pontos polêmicos do projeto aprovado pela Câmara Legislativa. “O plano precisa ser menos permissivo”, disse

“Risco de um cheque em branco”

» LUIS FELYPE RODRIGUES*

Os pontos mais polêmicos do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), aprovado pela Câmara Legislativa, e que está em análise no Executivo local, foram temas do Podcast do Correio, que recebeu o professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) Benny Schvarsberg. Aos jornalistas Adriana Bernardes e José Carlos Vieira, o arquiteto destacou que o projeto aprovado pelos deputados distritais coloca em risco o tombamento de Brasília em alguns detalhes, mas afirmou que ainda há tempo de evitar essas mudanças.

Quais são os pontos mais questionáveis do PPCUB, que foi aprovado?

São inúmeros pontos questionáveis. E quero ressaltar que eles são questionáveis pelo que eu chamo de consciência crítica da cidade, ou seja, os técnicos, arquitetos, urbanistas, pesquisadores e acadêmicos que estudam há muitos anos o desenvolvimento da cidade. Dentre esse repertório de programas, podemos destacar as inúmeras áreas que passam a admitir novos usos e atividades, além dos diferentes tamanhos e volumetrias das edificações. O que não só altera a dinâmica das áreas, mas impacta na dinâmica delas, como também no trânsito, na permeabilidade do solo etc.

E quais seriam esses pontos?

Uma das áreas problemáticas são as faixas das 700 e 900 Sul e Norte, onde emendas foram propostas permitindo uma extensão, ampliação e alteração de usos para hotéis, apart-hotéis e motéis.

Para essa medida, já tivemos o anúncio do governador Ibaneis Rocha de que ela será vetada, não é?

Eu espero que esse veto seja implementado, mas, assim como a faixa das 700 e 900, outras áreas comerciais, como estacionamentos, passarão a admitir edificações em comércios. Por exemplo, o Setor de Embaixadas Sul passa a admitir, não só comércios como já faziam antes, mas comércios de grande porte, como lojas de materiais de construção.

Isso também será vetado, não?

A iniciativa do veto me parece adequada. Há uma medida que considero bastante questionável, e que acredito que ainda não foi vetada, mas espero que seja, que é a possibilidade de que os lotes que foram registrados até 1979 sejam gerenciados pela Terracap, abrindo a possibilidade de alterações de uso, inclusive, transformando áreas públicas em particulares para usos diversos.

É o que estão chamando de cheque em branco?

Sim. Alguns desses cheques fazem parte do mesmo talonário chamado PPCUB, mas me chama atenção essa questão das áreas em torno dos terrenos, porque sempre que uma área pública vira lote e passa a ser vendida pela Terracap, existe um rito chamado

“desafetação”. A área precisa ser desafetada, e essa desafetação, pela nossa legislação, exige uma aprovação da Câmara Legislativa, e o PPCUB abre um caminho para dispensar essa lei. Um decreto executivo, apenas um decreto, pode não só transformar essas áreas, mas abrir essas possibilidades de mudanças, incluindo a transferência de patrimônio público para o setor privado por decreto executivo.

Ou seja, o governador que estiver em exercício fica com o cheque em branco para fazer o que quiser com a área?

Exato. Isso é o que estamos criticando e chamando alegoricamente de cheque em branco, dentre outras permissividades ou omissões, quando o plano deveria ser, eu não diria restritivo, mas que na cidade existam usos predominantes, mas não exclusivos. Por exemplo, até mesmo uma superquadra residencial não tem um uso exclusivo, ela também tem locais como escolas e outras atividades. O Setor Comercial Sul tem usos predominantes, mas não exclusivos. Existem várias outras atividades que acontecem lá.

O senhor poderia falar um pouco sobre essa questão do centro da cidade?

Foi muito discutida a possibilidade de moradia no centro da cidade. Eu avalio que, do ponto de vista urbanístico, essas iniciativas são interessantes, mas resguardando a predominância comercial, por exemplo, no Setor Comercial Sul. Inclusive, o próprio Governo do Distrito Federal (GDF) encaminhou um projeto chamado Centro Vivo, que admitia a habitação combinada, igual em vários locais no mundo, como São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro etc. Esse projeto foi submetido ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que nunca vetou a possibilidade de existirem moradias no local, mas fez recomendações para haver mais estudos que se garantisse que o terreno continuasse tendo alguma atividade como cafés, restaurantes e lojas, para que o pedestre possa caminhar e usufruir do local. No entanto, do meu ponto de vista, essas recomendações foram pouco absorvidas por esse projeto de lei. Acho que perdemos uma oportunidade para revitalizar, dinamizar e promover não só a preservação,

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O que me parece mais preocupante nesse projeto de Lei são os inúmeros interesses particulares que se sobrepõem ao interesse público”

mas a democratização do centro da cidade. Dados mais recentes do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a maioria dos imóveis do Plano Piloto é ocupada por um casal, então tem baixa densidade. O projeto inicial do Plano Piloto previa 500 mil habitantes para a região, temos 198 mil habitantes, nem metade do que era previsto.

Esse é o argumento dos que defendem a ampliação de lotes residenciais, como na beira do lago, não é?

Eu creio que não. Acho que esses lotes na beira do lago são absolutamente questionáveis e discutíveis, porque estão na área bucolica. Portanto, é uma área da cidade que tem uma sensibilidade infinitamente maior do que estar nas áreas centrais da cidade. As áreas centrais da cidade são locais muito ociosos, subutilizados e absolutamente enterrados de infraestrutura.

Então não teria necessidade de criar um novo espaço para loteamento?

É absolutamente discutível e questionável a necessidade de outras áreas, sobretudo as de maior sensibilidade ambiental e do ponto de vista da própria paisagem tombada da cidade. A escala bucólica (que está incluído o Lago) é a que Lucio Costa se referia como um local de lazer para a população, onde as pessoas iam fazer piquenique com toalha xadrez no final de semana.

Outro ponto questionável que o senhor comentou foi a ocupação do Eixo Monumental, da altura da Praça do Cruzeiro até a Rodoferrviária. O que está previsto para aquela área?

Essa área do canteiro central do Eixo Monumental é algo a ser preservado naquilo que Lucio Costa chamava de silêncio verde, uma área absolutamente gramada com edificações mínimas, como na Esplanada dos Ministérios, etc. Há uma possibilidade aberta de que áreas ao longo desse canteiro central para oeste, ou seja, em direção à Rodoferrviária, possam criar outros lotes. Esses lotes, se forem criados, são necessariamente de destinação institucional, dos órgãos públicos e culturais. Mas a abertura para as novas possibilidades que o PPCUB oferece é no mínimo preocupante. Tem um aspecto que eu queria chamar atenção, a Portaria 166 (do Iphan), que hoje é a principal referência para a preservação do Plano Piloto, estabelece a obrigatoriedade de toda e qualquer intervenção, alteração de norma, legislação e intervenção edilícia passar pelo exame do Iphan, que é quem, em última análise, zela acima do PPCUB. O

que me parece mais preocupante nesse projeto de lei são os inúmeros interesses particulares que se sobrepõem ao interesse público.

O Iphan pode agir caso isso ocorra?

Necessariamente as intervenções e alterações precisam passar pelo exame do Iphan.

Então esse PPCUB hoje é desnecessário?

Eu pessoalmente defendo que ele seja necessário, sim. Porém, mais cuidadoso, menos permissivo e menos licencioso que esse que foi proposto, e não à toa muitos organismos técnicos e acadêmicos estão questionando e criticando. Acho que devem chegar a um meio-termo. Ninguém é do mal, mas precisamos entender qual é a lógica entre o interesse público e o privado.

Há algumas alterações que o senhor defende em Brasília?

Eu, pessoalmente, acho muito bem-vindo um VLT (Veículo Leve sobre Trilhos). Alguns colegas são críticos ao VLT. Eu penso que um transporte sobre trilhos na W3 seria um fator de incremento da dinamização da vida.

As audiências públicas que chegaram ao final do PPCUB tiveram alguma contaminação? O que prejudicou esse projeto em sua visão?

Esse rito ser cumprido é algo discutível, pois as audiências foram feitas para uma pequena



Aponte a câmera do celular e acesse o conteúdo completo

parcela da população — do Plano Piloto —, pois temos quase 200 mil habitantes e uma audiência pública para 200 pessoas, eu não vejo como representativa. Eu fui a todas e, efetivamente, acho que não tiveram uma representação e legitimidade que possa ser chamada assim. Em segundo lugar, nas audiências, inúmeras críticas e demandas foram feitas pela sociedade civil e essas não foram atendidas, por exemplo, a solicitação para o governo fazer um quadro mostrando o que hoje é permitido e o que vai passar a ser permitido com o novo plano. Além do que hoje pode ser construído e como passará a ser, isso foi solicitado em todas as audiências e não foi atendido.

O PPCUB aprovado coloca em risco o tombamento de Brasília?

Do ponto de vista mais simplista eu diria que sim. Mas, ao mesmo tempo, diria que temos na Portaria 166 de 2016 do Iphan uma salvaguarda que, em última análise, protege e limita, digamos assim, as ameaças às características fundamentais que garantem a preservação dos traços originais urbanísticos do tombamento. Mas vejo nos pontos que elencamos e nos que foram levados às audiências públicas algumas questões pertinentes e relevantes. Acho que ainda temos tempo para resolver esses detalhes.

* Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso